

esplanada

Leandro Mazzini

contato@colunaesplanada.com.br



Jogos de azar

Sondagem realizada pelo Senado aponta que 86% dos brasileiros são favoráveis à liberação da exploração dos jogos de azar em todo o território nacional. Tramita na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) projeto que prevê a regulamentação das apostas do jogo do bicho, bingo, videobingo e videogame, cassinos em complexos integrados de lazer, apostas esportivas e não-esportivas e cassinos on-line. De acordo com a sondagem, 64% dos brasileiros avaliam que a legalização traz somente vantagens, outros 23% responderam que traz vantagens e desvantagens, enquanto 12% acham que traz somente desvantagens ao país.

Arrecadação

Na justificativa, o projeto trata sobre a possibilidade de arrecadação tributária proveniente da regularização dos jogos de azar no país: 81% dos internautas disseram que a situação orçamentária do país vai melhorar com a regulamentação. Outros 10% disseram que a regulamentação não trará impactos, enquanto 7% acreditam que os impactos serão negativos e a situação vai piorar. O projeto que regulamenta os jogos de azar, de autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), deve ser votado na volta do recesso do Congresso Nacional, em fevereiro.

Desagravo

A festa de apoio de artistas, intelectuais, juristas e sindicalistas a Lula em São Paulo será no Teatro Ophicina, no bairro do Bixiga, região central, no dia 21 de janeiro. A agenda foi acertada entre a direção do PT, o vereador Eduardo Suplicy e o anfitrião do ato, Zé Celso Martinez Corrêa, amigo do ex-presidente.

Constrangedor

Foi, no mínimo, curiosa cena no Palácio do Planalto, ontem: sem saber se a deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) tomaria ou não posse no Ministério do Trabalho, dezenas de convidados para a cerimônia vagavam em frente à portaria à espera de uma definição. O Planalto sequer havia montado a mesa de identificação dos convidados.

Barrada no baile

Quando veio a informação de que a posse estava cancelada, uma dirigente do Sindicato Nacional das Cooperativas de Crédito resumiu a ópera: “barrada no baile”. O Palácio proibiu que profissionais de vídeo filmassem o Salão Nobre, preparado para a posse – completamente vazio.

Via única

Alheio às críticas de ministros e do presidente Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, atua nos bastidores para sair como candidato único da base para suceder Temer.

Desembarque

Meirelles não descarta a possibilidade de desembarcar do PSD do Gilberto Kassab nos próximos meses para trilhar a candidatura pelo MDB.

Plano B

Com Eduardo Paes fazendo jogo mole e em cima do muro sobre a pré-candidatura ao governo do Rio de Janeiro, o MDB do Estado vê com simpatia o lançamento do deputado estadual Pedro Fernandes ao Palácio Guanabara. Fernandes já começa a percorrer o interior em companhia de lideranças do partido.

Paes & PTB

O avanço de Pedro Fernandes e o aval do MDB têm motivação. Eduardo Paes está negociando sua filiação ao PTB de Roberto Jefferson e da filha quase-ministra Cristiane Brasil.

Com Walmor Parente, e equipe DF e Nordeste
www.diariosp.com.br/blogs No Twitter: @colunaesplanada

Exigências de Doria

- >> Curso de qualificação
- >> Aulas podem ser feitas à distância
- >> Empresas podem enviar antecedentes criminais por e-mail
- >> Carros podem ter até 7 anos de fabricação
- >> Licenciamento deve ser feito em São Paulo
- >> Veículo deve ter selo de identificação
- >> Carros com placas de fora da capital não podem pegar passageiros na cidade
- >> Comprovar ter seguro que cubra acidentes aos passageiros
- >> Usar roupas sociais ou esporte fino (camisa polo, por exemplo)



Caminho para ser um motorista de aplicativo

- 1º Fazer o curso de qualificação de 16 horas
- 2º Enquanto não termina o curso, motorista ganha cadastro provisório, válido por 30 dias, para trabalhar
- 3º Empresas fazem inspeção nos veículos e pagam R\$ 57 por certificado de segurança
- 4º Operadoras enviam à Prefeitura certificado do curso, inspeção veicular e dados pessoais
- 5º Prefeitura concede autorização

ATENÇÃO!

Só com o Conduapp (Cadastro Municipal de Condutores) e o Csvapp (Certificado de Segurança do Veículo de Aplicativo) motoristas têm autorização para prestar o serviço na capital.

Calendário

Hoje
Medida passa a valer, mas em caráter educativo

25 de janeiro
Prefeitura dá início à fiscalização e multas já podem ser aplicadas

28 de fevereiro
Prazo final para empresas enviarem inspeção dos veículos cadastrados



Fonte: Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes

DSP

Para especialista, placas devem ser de São Paulo

Medida da Prefeitura proíbe carros de outras cidades de circularem na capital. Segundo engenheiro de trânsito, exigência visa acabar com ‘guerra fiscal’

Especialista em transporte e trânsito, Flamínio Fichmann afirmou que a decisão da administração municipal em proibir a circulação de carros com placas de outras cidades é correta. Para ele, a medida vai ajudar a acabar com a “guerra fiscal”.

“Defendo veementemente, porque muitas locadoras de veículos compram carros de outras cidades para pagar menos no IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores)”, explicou.

Segundo Fichmann, “não faz sentido” alguém pagar pelo IPVA de Minas Gerais e trabalhar na capital.

Essa é a mesma justificativa dada pela Prefeitura. A gestão afirma que a obrigatoriedade

de o carro ser licenciado na capital trata-se de uma “fiscalização tributária para que a receita obtida com impostos seja destinada ao município”.

Para o motorista César Washington Ushiana, de 46 anos, a norma é exagerada. “Precisamos ter o mínimo de incentivo da Prefeitura para trabalhar.”

As empresas operadoras do serviço acreditam que a regra causará uma diminuição na renda de diversos condutores. “Essa regra ignora o simples fato de que, na região metropolitana, aproximadamente 2 milhões de pessoas se deslocam diariamente para trabalhar ou estudar em municípios que não são aquele no qual residem”, disse a 99.

Além dessa norma, o cadastro dos motoristas de aplicativos foi elogiado pelo especialista. Para ele, essa norma trará um controle maior da administração pública no serviço ofertado. Hoje, a Prefeitura não tem informação alguma de quantos carros oferecem o serviço na cidade, por exemplo.

Com a ficha dos motoristas, a Prefeitura conseguirá saber quantos veículos operam, qual a origem dos carros usados e até mesmo a rotatividade dos condutores nas plataformas.

“O papel do Estado é fazer a mediação entre o interesse público e privado. Defendo as plataformas de transporte, mas acredito que deve haver um controle da Prefeitura no serviço”, pontuou Fichmann.